

**O ESTADO BRASILEIRO E SUAS DISPUTAS DE CLASSE NO BRASIL
RECENTE: UM PANORAMA GERAL SOBRE ALGUMAS DAS PRINCIPAIS
PRODUÇÕES BIBLIOGRÁFICAS SOBRE O TEMA**

**STATE AND CLASS STRUGGLE IN RECENT BRAZIL: AN OVERVIEW OF
SOME OF THE MAIN BIBLIOGRAPHIC PRODUCTIONS ON THE SUBJECT**

Mariana Affonso Penna¹
mariana.pena@ifg.edu.br

RESUMO: Para entender a relação entre a sociedade política (Estado) e a dominação de classe é necessário investigar de maneira mais complexa como esta relação se exerce e de que forma isso varia em diferentes contextos históricos e sociedades. Por isso, quando Marx e Engels afirmam que o Estado é o comitê de negócios da burguesia, se por um lado essa afirmação implica a existência de uma relação direta entre classe dominante e Estado, por outro pouco oferece de explicação para o entendimento de como esta relação se dá concretamente. O objetivo deste artigo é, portanto, apresentar reflexões acerca do Estado e dos instrumentos e mecanismos de dominação operados no caso específico do Brasil Recente, a partir de algumas referências teóricas notadamente do campo marxista visando englobar discussões e conceitos tanto de autores clássicos como produções mais atuais e vocacionadas especificamente para a análise da realidade brasileira. O enfoque cronológico selecionado foi o Brasil pós-1964 até a década de 2000.

PALAVRAS-CHAVE: Estado. Poder. Hegemonia.

ABSTRACT: In order to understand the relationship between political society (state) and class domination it is necessary to investigate in a more complex way how this relation is exercised and how it varies in different historical contexts and societies. Therefore, when Marx and Engels affirm that the State is the business committee of the bourgeoisie, if on the one hand this affirmation implies the existence of a direct relation between the ruling class and the State, on the other it offers little explanation for the understanding of how this relationship occurs concretely. The objective of this article is therefore to present reflections on the State and the instruments and mechanisms of domination operated in the specific case of Recent Brazil, based on some theoretical references, notably from the Marxist field, aiming to include discussions and concepts of both classic authors and more productions current and specifically oriented to the analysis of the Brazilian reality. The selected chronological focus was Brazil post-1964 until the decade of 2000.

KEYWORDS: State. Power. Hegemony.

¹Doutora em História pela Universidade Federal de Fluminense (UFF). Professora de História no Instituto Federal de Goiás (IFG)

INTRODUÇÃO

Este artigo tem por objetivo desenvolver algumas reflexões acerca do Estado e das formas de dominação no Brasil Recente, a partir da perspectiva da luta de classes. Para tanto, foram selecionadas algumas leituras no campo marxista envolvendo desde autores clássicos até produções mais recentes.

Para entender como funciona a relação configuração do Estado e luta de classes no Brasil entre o Estado/Sociedade Política e a dominação de classe, é necessário compreender de maneira mais complexa como esta relação se exerce, de que maneiras e como isso varia em diferentes contextos e sociedades. Por isso, quando no Manifesto do Partido Comunista (MARX; ENGELS, 1988), Marx e Engels afirmam que o Estado é o comitê de negócios da burguesia, se por um lado essa afirmação demonstra que existe uma relação direta entre classe dominante e Estado, por outro lado não explica nada em termos de como esta relação se dá. Somente no “Dezoito de Brumário de Luís Bonaparte” (MARX, 1968) que Marx reflete melhor sobre a maneira como a dominação burguesa opera, inclusive sem exercer controle direto sobre o Estado. Daí deriva o conceito de bonapartismo que, como veremos, é fundamental por ser uma referência para pensar as formas de dominação no Brasil tais como a que ocorreu no contexto da chamada “Revolução de 1930”, assim como no que diz respeito ao Golpe de 1964.

Além de Marx, outro autor que foi referência fundamental dentre os pensadores que refletiram sobre configuração do Estado e luta de classes no Brasil – talvez o mais importante deles, e que irá embasar grande parte das reflexões posteriormente desenvolvidas sobre o tema – é o italiano Antônio Gramsci. Seus conceitos tais como cesarismo, sociedade civil, sociedade política, hegemonia, ocidentalização, revolução passiva, dentre outros, se tornaram lugar comum nas análises sobre o Brasil Recente, o que demonstra a grande relevância de seu estudo.

Ainda com relação aos clássicos, apesar de mais restrito a meios militantes, outro autor de grande importância é o líder bolchevique Leon Trotsky. Percebemos que ainda que seja pouco utilizada na academia, sua produção influenciou trabalhos de peso como é o caso de Florestan Fernandes, quem bebe diretamente da ideia de *desenvolvimento desigual e combinado* para elaborar sua *teoria da dependência*. Percebemos nos escritos de Trotsky sobre os regimes latino-americanos, especialmente sobre o México – país em que esteve exilado até sua morte –, uma série de reflexões importantes, dentre as quais vale destacar as possibilidades de utilização do conceito de *bonapartismo* para compreender esses regimes,

assim como a ideia de que nestes países se desenvolveu um capitalismo de outro tipo, ou melhor, um modelo de capitalismo que se constrói “saltando etapas”, ou seja, valendo-se do arcaico para avançar com maior rapidez no desenvolvimento do capitalismo (TROTSKY, 2007, 2009).

Para pensar especificamente o caso brasileiro, foram selecionados autores como Florestan Fernandes, que refletiu sobre a *autocracia burguesa* e cunhou a ideia de uma *contrarrevolução preventiva* para pensar o golpe de 1964. Também René Dreifuss quem, a partir do estudo de aparelhos de hegemonia de frações da classe dominante multinacional e associada, percebeu a trama que conduziu ao golpe de 1964 e consequentemente ao estabelecimento da hegemonia dessa fração da classe dominante no período subsequente ao golpe. Outro autor relevante é Ruy Mauro Marini, fundador da POLOP, que desenvolveu o que poderia se chamar de a “primeira teoria da dependência”. Apesar de “um pouco esquecido”, recentemente suas ideias de *superexploração* e de *subimperialismo* passaram a ser resgatadas para entender a configuração do Brasil atual.

Renato Lemos refletiu sobre o regime político pós-1964, abordando algumas das principais transformações e na contramão de uma perspectiva que considerou que a redemocratização se iniciou em 1979 (LEMOS, 2002, 2011).

Em Sonia Regina de Mendonça e Álvaro Bianchi percebemos as disputas intra classe dominante, tanto no campo como na cidade. Em seguida, abordamos as principais transformações a partir do governo de Fernando Henrique Cardoso seguido por Luís Inácio Lula da Silva. Francisco de Oliveira, oriundo ele próprio do PT, fez uma crítica a uma suposta mudança de rumos. Ele considera que a geração do novo sindicalismo teria formado uma nova classe social em Ornitorrinco (OLIVEIRA, 2003). Paulo Arantes também discutiu as mudanças no PT a partir da chegada de Lula ao poder (ARANTES, 2004). Por fim, Virgínia Fontes e Lúcia Neves foram leituras que trouxeram reflexões acerca das novas formas de hegemonia burguesa no Brasil (FONTES, 2010; NEVES, 2005)

1 CLÁSSICOS E ALGUNS CONCEITOS BASILARES

1.1 Antonio Gramsci

Para realizar estas reflexões, Gramsci é certamente uma das principais referências. Foi, portanto, este autor que levantou muitos dos conceitos e reflexões utilizadas nos trabalhos estudados para pensar o Estado e as formas de dominação no Brasil Recente. Mas antes de levantar e discutir alguns conceitos gramscianos é importante destacar que Gramsci nunca

trabalha com conceitos que se opõem completamente, mas sim se combinam de forma contraditória, dialética. Desta maneira, todas as análises de Gramsci sobre o Estado vão se pautar a ideia de dupla perspectiva (GRAMSCI, 2000). As categorias aparecem então relacionadas a categorias históricas, e há graus de combinação de contraditórios. Poderíamos falar em “díades” como pares conceituais que não são completamente opostos, mas se combinam de forma dialética:

[...] os pares conceituais empregados por Gramsci – Ocidente e Oriente, sociedade civil e sociedade política; consenso e coerção; direção e domínio, entre outros – não se apresentam jamais como mutuamente excludentes, pois “cada termo das diádes de Gramsci [...] pressupõe o outro, de tal modo que o emprego de um pressupõe o emprego do outro”. (MATTOS, 2009, p. 78)

Assim, por exemplo, o exercício da dominação se dá combinando força e consenso de forma variada conforme as condições históricas se apresentam. Portanto, nenhum conceito pode ser aplicado mecanicamente, é necessária uma análise histórica.

No pensamento marxista do século XIX, a Revolução Francesa significou a tomada de poder pela burguesia. Porém, em vários outros países esse confronto direto entre burguesia e forças do antigo regime não aconteceu. O motivo para isso está na própria situação do desenvolvimento capitalista da época (países mais industrializados e países dominados). Outro elemento foram as diferentes configurações de poder das monarquias europeias, pois em algumas havia maior abertura política para a burguesia. Outro caso ainda era o de países que não eram monarquias centralizadas. Essas diferentes configurações levaram Lenin a pensar numa *via prussiana* para explicar rompimentos parciais e não revolucionários com as antigas formas de organização política.

Gramsci está imerso nessas discussões. O caso italiano é marcado por uma revolução burguesa que não segue o modelo jacobino. Os jacobinos foram para Gramsci os responsáveis por empurrar, impulsionar a burguesia para um rumo mais progressista, com um projeto político propriamente dito e não somente econômico, ou seja, os jacobinos atuaram como vanguarda da burguesia. Mas na Itália, mesmo o setor mais avançado da burguesia não foi capaz de romper com a aristocracia. A burguesia estava articulada aos interesses monárquicos e latifundiários e não teve, portanto, papel progressista. A burguesia italiana era inclusive economicamente fraca para que pudesse se sobrepor à aristocracia. Além disso, as classes dominantes italianas tinham medo de mobilizar as classes subalternas no contexto da unificação devido ao avanço das ideias socialistas. E no caso do Partido da Ação, que em tese deveria corresponder ao papel histórico dos jacobinos, a ausência de um projeto próprio abriu espaço para o *transformismo*. (GRAMSCI, 2002).

Neste contexto, ocorreu uma revolução burguesa que não fez reforma agrária. Um estado que fez algumas transformações sem romper em completo com o antigo. Isso seria a *Revolução Passiva*. Os setores “progressistas” e conservadores em crise não se chocaram. Nessas circunstâncias o Estado tem papel muito mais importante que no caso jacobino. O estado tem papel central na *revolução passiva* como solução para a crise de hegemonia. Ocorre, então, assim como no que diz respeito ao *bonapartismo* analisado por Marx em “Dezoito de Brumário de Luís Bonaparte”, uma maior autonomização do estado, abrindo espaço para a atuação de cesaristas.

Desta maneira então, quando as forças progressistas não conseguem impor seus objetivos, elas são engolidas pelas classes conservadoras e isso leva ao chamado *transformismo*, que é quando os setores que supostamente deveriam ser progressistas aderem ao lado conservador.

O *transformismo* é então uma característica das Revoluções Passivas. Ele divide em *transformismo molecular*, quando este se dá de maneira mais isolada e *transformismo generalizado*, quando assume caráter mais amplo. Desta forma, usa o conceito de transformismo para analisar não somente o Partido da Ação (classe dominante) como também para explicar transformações nos setores organizados da classe trabalhadora, como seria o caso da social democracia.

O conceito de *Revolução Passiva* foi amplamente usado para explicar as transformações nos anos 1930 no Brasil, considerando que as décadas de 1920 e 1930 são interpretadas como uma época de crise de hegemonia que conduziu a uma autonomia relativa do estado frente às frações de classe dominante. Mais recentemente o conceito de *transformismo* vem sendo utilizado para explicar as mudanças do Partido dos Trabalhadores - PT.

Há porém quem interprete Gramsci a partir de um viés reformista, dando um caráter positivo ao conceito de *revolução passiva*. Porém Gramsci não atribui caráter positivo a esse conceito, com o qual ele interpreta inclusive a ascensão do fascismo. Para ele *revolução passiva* é um critério de análise e não um projeto de revolução socialista. Com relação à estratégia de luta transformadora há ainda diferentes interpretações a respeito do que seria a proposta de Gramsci. Por vezes ele foi associado ao Eurocomunismo, ou seja, à valorização da participação dos comunistas no regime parlamentar como caminho para alcançar progressivamente o socialismo. Porém, o professor Marcelo Badaró Mattos discorda que ele tenha sido o teórico do eurocomunismo. Segundo este autor, para Gramsci parece acertado

considerar que numa sociedade complexa², a tática socialista passaria necessariamente pela *guerra de posições* ou *guerra de trincheiras*. Por *guerra de posição* entendo como a disputa de hegemonia em momentos desfavoráveis, quando o combate direto ainda não é possível. Porém, chegado o momento em que o proletariado se transformasse em dirigente, levando consigo os outros setores subalternos, aí sim caberia a *guerra de movimentos*. Vale afirmar que Gramsci não confunde necessariamente *guerra de trincheiras* com participação parlamentar. *Guerra de trincheiras* é preparar o terreno para o embate final com o inimigo. Poderia ser entendido como a disputa por hegemonia na sociedade civil, algo para Gramsci imprescindível em uma sociedade complexa. Apenas em casos específicos de sociedades de tipo oriental, como foi o caso da Rússia, seria possível conduzir uma *Revolução Permanente*, que corresponde à tomada e instrumentalização do estado pela classe trabalhadora, que a partir daí faria as transformações revolucionárias. Vale ainda destacar que, para o autor, a sociedade civil e a sociedade política são entendidas como momentos de exercício da hegemonia, portanto elas estão sempre diretamente ligadas, o que significaria ser equivocada uma separação entre sociedade política e sociedade civil. Neste sentido, em termos de tática política, é possível depreender que mesmo não sendo somente no parlamento que se daria a *guerra de posições*, participar da democracia burguesa não estaria excluída da luta revolucionária para Gramsci.

1.2 Leon Trotsky

Outro autor relevante, ainda que, como dito na apresentação desse trabalho, sua produção não seja tão reconhecida nos meios acadêmicos, é Leon Trotsky. Tal autor influenciou muitos trabalhos, principalmente aqueles da *teoria da dependência*. Trotsky elaborou uma reflexão tanto a partir do exemplo russo (TROTSKY, 2009), como dos casos latino-americanos (TROTSKY, 2007), para entender formas outras de desenvolvimento do capitalismo que não aquelas clássicas dos países de capitalismo avançado. Dessa forma, Trotsky se contrapôs a visões simplistas e etapistas que em versões extremas ignoravam as especificidades dos países periféricos, pensando em uma via única de desenvolvimento do capitalismo:

Os países atrasados assimilam as conquistas materiais e ideológicas das nações avançadas. Mas isso não significa que sigam estas últimas servilmente reproduzindo

² Ou seja, em padrões mais próximos do que Gramsci entende por Ocidente (entendendo Ocidente como áreas com capitalismo mais avançado, em que inclusive a sociedade civil é menos “gelatinosa” que nas áreas que Gramsci chama de orientais, onde a sociedade política se faz mais forte e é mais provável que ocorram revoluções passivas como saída para crises de hegemonia).

todas as etapas do seu passado. [...] O capitalismo prepara e, até certo ponto realiza a universalidade e permanência na evolução da humanidade. Com isso se exclui já a possibilidade de que se repitam as formas evolutivas nas distintas nações. Obrigado a seguir os países avançados, o país atrasado não ajusta em seu desenvolvimento a concatenação das etapas sucessivas. O privilégio dos países historicamente atrasados – o que de fato é – está em poder assimilar as coisas ou, dito melhor, em se obrigar a assimilá-las antes do prazo previsto, saltando por toda uma série de etapas intermediárias. (TROTSKY, 2009, p. 20)

Dessa maneira, o autor cunhou as ideias de um *desenvolvimento desigual* na periferia ou, como ele se refere, países de capitalismo atrasado. Porém o atraso é sempre relativo e diz respeito ao desenvolvimento das forças produtivas. É então desigual, pois conta com outra configuração de desenvolvimento das forças produtivas, porém *combinado*, ou seja, relacionando-se com o desenvolvimento capitalista de maneira mais ampla. Este desenvolvimento combinado, ao relacionar formas arcaicas de produção a formas mais “modernas” foi justamente o que permitiu uma espécie de aceleração do desenvolvimento capitalista, que por sua vez conduziu a *saltar etapas*.

2 ESTADO E FORMAS DE DOMINAÇÃO NO BRASIL PÓS-1964

2.1 Florestan Fernandes

Florestan Fernandes em “A Revolução Burguesa no Brasil” apresentou talvez uma das últimas tentativas de uma tradição ensaística de compreender o Brasil. Ele não escreve de maneira fácil e tem uma preocupação conceitual constante (FERNANDES, 2005).

Fernandes considera que mesmo antes de 1964 não havia de fato uma democracia em moldes ocidentais no Brasil. O que havia era uma autocracia burguesa, que em 1964 se atualizou em novos formatos. A burguesia no Brasil teria “acelerado a história”, em termos de fazer avançar o capitalismo, ao mesmo tempo em que não resolveu certas “tarefas” que as burguesias centrais resolveram (como por exemplo, a Reforma Agrária.). Portanto, é necessário entender a Revolução Burguesa como a construção do poder de classe da burguesia ao mesmo tempo em que se desenvolve economicamente. E neste rápido “desenvolvimento desigual interno”, o capitalismo se constrói no Brasil a partir de relações sociais de produção arcaicas em que o desenvolvimento industrial se alimenta. Desta maneira, para criar a unidade nacional, a burguesia salta etapas, mas não tem tempo de criar hegemonia. Ela só consegue se aglutinar em torno de seus interesses mais elementares como classe proprietária: assim se une a burguesia em torno de um projeto comum. Além disso, Florestan identifica um “padrão compósito” do capitalismo brasileiro, que une inclusive elementos capitalistas e pré-capitalistas, assim como diferentes esferas de produção. Percebe que não dá para separar uma

aristocracia da terra de uma burguesia industrial, de uma burguesia comercial, nem financeira. Ou seja, não é tão fácil perceber frações burguesas bem identificadas, separadas.

Assim, para realizar sua “Revolução Burguesa”, a burguesia não mobiliza as classes populares contra uma aristocracia porque esta propriamente já não existe no Brasil. Também não mobiliza as classes populares contra o Imperialismo porque a burguesia aqui está diretamente envolvida em uma rede de relações de capitalismo dependente.

[...] trata-se de uma revolução dinamizada por burguesias que dispõem de um espaço histórico tão reduzido de autoafirmação, autoprivilegiamento e autodefesa que precisam recorrer reiteradamente a formas tirânicas de dominação de classe e de organização do Estado. (FERNANDES, 2011, p. 101)

Quando a burguesia, ou melhor, a autocracia burguesa se sente ameaçada como classe proprietária, ela recorre ao golpe. Mas vale destacar que antes de 1964 não havia de fato uma situação revolucionária, era tão somente potencialmente revolucionária, o que deu ao golpe de 1964 uma característica de *contrarrevolução preventiva*.

2.2 René Dreiffus

Dreiffus é um autor uruguai com referencial teórico gramsciano e talvez o primeiro a estudar as classes dominantes golpistas no Brasil antes de 1964 (DREIFFUS, 1981). Seu trabalho não teve grande difusão na época em que foi lançado, pois era ainda regime militar. Dreiffus teve alguma interlocução com uma literatura sociológica sobre os empresários na vida política brasileira e também um diálogo crítico e direto com os brasilianistas que estudavam os militares na política. Para muitos desses autores, os militares teriam certa autonomia tanto na trama do golpe, como na posterior gestão do estado, que teria características claramente bonapartista. Mas Dreifuss em sua obra “1964: a conquista do Estado” demonstra o envolvimento empresarial na trama do golpe através de seus aparelhos privados de hegemonia, com destaque para o complexo IPES/IBAD, e após o golpe, demonstra que são os membros desse aparelho que ocuparam posições-chave no Estado.

Dreiffus parte então da ideia de que havia um estado-maior da elite orgânica que era o complexo IPES-IBAD, sendo o IPES o cérebro da organização. Foi então este o bloco de poder onde se organizou o setor multinacional e associado, no qual agiu a elite orgânica. A forma como eles construíram seu domínio foi através da ditadura. Através de um forte aparato, o IPES se formou, buscou formas de difundir sua doutrina em meio à sociedade civil, conseguindo aglutinar vários setores, inclusive os militares com os quais, e com apoio dos Estados Unidos, puderam articular o golpe. Identificou então o papel da elite orgânica em

todas as etapas da construção do regime militar no Brasil, a qual chegou ainda a ocupar todos os postos-chave para exercer seu poder. Assim, a partir de evidências documentais, Dreiffus destruiu a tese de que os militares seriam uma tecnocracia ou que atuassem como uma espécie de poder moderador. A ideia de um governo tecnocrático era muito útil à elite no poder, pois disfarçava o interesse de determinadas frações da classe dominante que se colocavam como neutros. Assim, podiam fazer valer seus interesses mesmo quando eles se contrapunham a outras frações de classe dominante. A partir da disputa por hegemonia via sociedade civil, a elite orgânica se articulou, tomou a sociedade política e privatizou o estado.

Desta maneira, Dreiffus, seguindo Gramsci, que levanta a importância de em análises históricas concretas identificar combinações de conceitos de formas mais variadas, percebe uma combinação de consenso e de coerção muito específicos. Seria possível falar em uma combinação de um processo de *ocidentalização* em uma *revolução passiva*. Já que naquele contexto ficou evidente que a sociedade civil não era tão gelatinosa como em modelos orientais a ponto de a conquista do estado não poder prescindir da disputa na própria sociedade civil.

Nos anos 1990 as teses de Dreiffus foram atacadas. Seus opositores consideram que o golpe foi todo militar e setores da sociedade civil só apoiaram. Tudo o que fugisse a isso seria uma teoria da conspiração, tal como a perspectiva de Dreifuss. Porém, tais autores se basearam em depoimentos dos militares fornecidos posteriormente e não trouxeram argumentos empíricos para refutar sua tese.

3 ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE A CONFIGURAÇÃO ATUAL DO CAPITALISMO NO BRASIL

Nesse item, buscarei trazer algumas reflexões referentes ao período posterior ao golpe, que vai da chamada “transição democrática” à década de 2000, de forma a identificar algumas transformações na luta de classes, focando na organização do Estado e das classes dominantes.

Sobre o processo de transição, iniciado pela anistia a partir de 1979, é importante destacar que, conforme considera Renato Lemos, ele opera muito mais como manutenção do que como uma mudança real. Isto porque todas as ameaças reais ao modelo hegemônico (Diretas Já, por exemplo) foram vencidas, mantendo-se a dominação de classe burguesa. A fundação do Partido dos Trabalhadores, porém teria segundo ele fugido ao que esperava o projeto dessa transição pelo alto (LEMOS, 2002, 2011).

O período final da década de 1970 e a década de 1880 foram marcados por mudanças na configuração das frações de classe dominante no Brasil, caracterizado por certa pluralidade de representações e dificuldade em estabelecer uma direção mais unificada, capaz de agrupar os interesses patronais.

Para discutir essa questão, foram selecionados os trabalhos de Álvaro Bianchi (BIANCHI, 2010) e de Sonia Regina de Mendonça (MENDONÇA, 2010) que analisam a organização patronal e sua inserção na sociedade política. Os textos são muito convergentes em termos de metodologia de análise. Essa convergência metodológica é fruto de uma teoria comum gramsciana, que parte da ideia de *estado ampliado*, ou seja, que percebe que o estado, a sociedade política, estão diretamente relacionados a organizações de classe que operam a nível do que seria considerado para termos analíticos a sociedade civil. Portanto, ambos os autores tentam captar os processos de influência/inserção dos aparelhos privados de hegemonia burguesa na sociedade política.

O recorte temático de Bianchi é a questão da emergência dos empresários na política na década de 1970 (o que a partir do trabalho de Dreifuss poderia ser criticado, pois o autor identifica esse processo na década anterior). Mendonça realiza estudos sobre o patronato rural brasileiro, começando pela Primeira República, e avançando pelo decorrer do século XX, o enfoque para a reflexão aqui desenvolvida se dá período posterior à década de 1960. Os autores estudam as organizações dos patronatos a partir de seus periódicos, percebendo quem são os dirigentes e analisando seus perfis, passando inclusive pela formação acadêmica/profissional destes.

Tais autores percebem o surgimento de novas organizações a partir principalmente dos anos 1980. Tal processo desencadeou o que poderíamos considerar uma “pluralização das representações”. Porém, aos poucos foi se restabelecendo hegemonias. Isto principalmente nos anos 1990, pois após passarem pela experiência mal sucedida do governo Sarney em termos de política econômica, o empresariado estabelece consenso em torno do neoliberalismo. O período de 1990 a 1994 é um período em que a burguesia se rearticula. Pois conforme afirma Ruy Mauro Marini, em 1989 havia uma fragmentação que se percebe inclusive pela divisão eleitoral da classe dominante:

[...] os grandes eleitores do país – organizações patronais, grupos econômicos e meios de comunicação de massas – se mostraram divididos entre os cinco candidatos que disputaram sua preferência, no primeiro turno das eleições presidenciais de 1989. (MARINI, 1991).

Marini foi um dos primeiros pensadores da Teoria da Dependência de forma a perceber o capitalismo de maneira integrada, ainda que regionalmente desigual. Foi ainda em 1964 que se formulou a primeira versão da Teoria da Dependência. Posteriormente, surgiu uma segunda matriz da teoria da Dependência que passou por outro círculo ligado ao Grupo de Estudos do Capital da USP, do qual surgiram os trabalhos de Fernando Henrique Cardoso e Paul Singer. A diferença é que na primeira linha, a dependência era percebida como um estrangulamento que limitava o mercado interno. Esse estrangulamento geraria contradições mais agudas na periferia. Já para Fernando Henrique Cardoso, o desenvolvimento do capitalismo se dá em todos os países, porém de formas diferentes. Existem limites, mas também existiriam vantagens se bem exploradas pela burguesia associada. A modernização se daria pela via da dependência econômica. Após o governo de Fernando Henrique na década de 1990, as críticas a sua política acabaram por resgatar a primeira Teoria da Dependência e, consequentemente, os trabalhos de Ruy Mauro Marini.

Um conceito central desse autor é o de *superexploração* do trabalho, pois considera que os países atrasados têm que produzir um volume de mais-valia suficiente para “alimentar” tanto a burguesia nacional quanto a internacional, ou seja, o fato de as trocas serem desiguais faz com que a mais-valia produzida na periferia seja simultaneamente extraída pela burguesia nacional e internacional. Assim amplia-se a mais-valia absoluta e relativa e paga-se muito baixo salário, inclusive pagando-se abaixo do custo de reprodução da mão-de-obra. Vale destacar, porém, que a *superexploração* é sempre um conceito relativo, comparativo, se dá no entendimento das diferenças entre os trabalhadores dos países centrais e dos países capitalistas periféricos.

Também principalmente a partir da década de 2000 reapareceu a tendência de empresas brasileiras, públicas ou privadas atuarem na América Latina, África e Ásia, exercendo relações de dependência similares as que são estabelecidas entre as grandes potências. Esta tendência gerou novos debates e reflexões que tiveram em Ruy Mauro Marini um interlocutor, visto que ele observa neste fenômeno a ideia de *subimperialismo*. O *subimperialismo* se distingue do Imperialismo por se tratar de uma atuação que gera dependência em um país atrasado, mas efetuada por um país que ele próprio se insere também em relações de dependência frente aos países centrais.

Virgínia Fontes é uma das pensadoras que resgata esta reflexão de Marini, assim como de outros teóricos da dependência como é o caso de Florestan Fernandes (FONTES, 2010). Ela parte dos clássicos entendendo o que se aplica e o que precisa ser atualizado. Em seu sexto capítulo, discute como funciona o *capital-imperialismo* no Brasil hoje, ou seja, como o

Brasil atua como plataforma de expansão de empresas multinacionais. Ela prefere falar em capital-imperialismo e não em subimperialismo, como o faz Marini, e identifica os mecanismos pelos quais o Brasil transfere recursos da América Latina e África, e como extraem-se e controlam-se matérias primas destas regiões. Assim, ainda que de forma desigual e combinada, ela demonstra que o Brasil tem um capitalismo significativamente avançado e que o capital-imperialismo tem muita importância nesse contexto.

A autora traz ainda reflexões sobre o papel do governo petista na consolidação do atual modelo capitalista brasileiro. Sonia Mendonça e Álvaro Bianchi em seus textos anteriormente trabalhados, também dão dicas para entender a composição social do governo Lula. Tanto os agroexportadores quanto os industriais com alguma preocupação em fomentar o mercado externo (ainda que sendo como exportador de commodities) fazem parte da composição ministerial do governo Lula. Por outro lado, Lula também iniciou uma política de dinamização do mercado interno através de bolsas para a parcela mais pauperizada da população e incentivos ao crédito, favorecendo então outras frações da classe dominante. Assim, se não é possível o PT se transformar no partido da classe dominante, ele pode operar sim a favor da classe dominante, o que caracteriza o seu *transformismo*.

Para Virgínia, o fato de organizações, como o PT, terem sido trazidas para a ordem dominante foi importante para apaziguar as classes subalternas e nesse sentido o PT teria ajudado a completar a Revolução Burguesa, como revolução passiva no Brasil. Isso se deu através do que poderia ser considerado de “concessões moleculares”, ou seja, mecanismos utilizados para envolver de forma pequena, parcial, os interesses dos subalternos, enquanto que os interesses fundamentais das classes proprietárias se mantiveram intocados.

Outra autora que discute as transformações capitalistas no período mais recente é Lúcia Neves, quem assim como Virgínia Fontes discute a complexificação da sociedade civil no Brasil. Neves identifica como uma *pedagogia da hegemonia* a atuação dos aparelhos privados de hegemonia em difundir sua “doutrina” principalmente através da criação de projetos e políticas educacionais específicas para moldar o trabalhador conforme as exigências neoliberais (NEVES, 2005).

Ambas as autoras refletem também sobre o surgimento e mudança de perfil das Organizações Não Governamentais (ONGs). Muitas análises dos anos 1980 sobre sociedade civil e estado antagonizavam os dois, ignorando que na sociedade civil se organizam também os interesses da classe dominante e que através dela se acessa o Estado. As ONGs apareceram em diversas reflexões desenvolvidas no período como porta-vozes da sociedade civil em oposição ao Estado. Porém, a partir da década de 1990 isso muda e o discurso passa a ser o da

parceria, de influir nas políticas públicas. Esta nova configuração se aprofunda principalmente com o surgimento das Organizações Sociais - OSSs. A partir daí as ONGs passaram a ser não somente representantes de interesses, mas em muitos casos transformaram-se em prestadoras de serviços e parceiras do estado na execução de políticas públicas. É importante destacar que todo o grande capital está presente no apoio ao Viva Rio, ONG também apelidada de “Viva Rico”, considerando estes vínculos diretos com a burguesia. Mas o mesmo acontece com o Afro Reggae. E são justamente ONGs como essas que operam na construção do que Lúcia Neves chama de a nova pedagogia da hegemonia e como parceiros do estado na execução de políticas públicas.

REFERÊNCIAS

- ARANTES, Paulo Eduardo. “Documentos de cultura, documentos de barbárie” e “Beijando a cruz”. In: **Zero a esquerda**. São Paulo: Conrad, 2004.
- DREIFFUS, René A. **1964: a conquista do Estado**. Petrópolis: Vozes, 1981.
- FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. São Paulo: Globo, 2005.
- _____ “Repensando a revolução burguesa no Brasil”. In: **Brasil em compasso de espera: pequenos escritos políticos**. Rio de Janeiro: EDUFRJ, 2011.
- FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital imperialismo**. Rio de Janeiro: EdUFRJ, 2010.
- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere** (Cadernos 13 e 19). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000/2002. (V. 3 e 5)
- LEMOS, Renato. “Regime político no Brasil pós-64 - uma proposta de periodização”, In: Simpósio Nacional de História da ANPUH, XXVI. **Anais...** São Paulo, ANPUH, 2011.
- MARINI, Ruy Mauro. **Brasil da ditadura à democracia, 1964-1990**. Texto de 1991. Disponível em: <http://www.marini-escritos.unam.mx/033_brasil_ditadura_port.htm#1#1>.
- _____ “**A acumulação capitalista mundial e o subimperialismo**”. Outubro, nº 20, São Paulo, 2012.
- MARX, Karl. **O dezoito Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Escriba, 1968.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Global, 1988.
- MATTOS, Marcelo Badaró. “Qualificando a intervenção: conceitos de Gramsci, análise histórica da sociedade brasileira e projeto político socialista.” In: **Reorganizando em meio ao**

refluxo: ensaios de intervenção sobre a classe trabalhadora no Brasil atual. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2009.

NEVES, Lúcia. “A sociedade civil como espaço da nova pedagogia da hegemonia”. In: **A nova pedagogia da hegemonia:** estratégias do capital para educar o consenso. São Paulo: Xamã, 2005.

OLIVEIRA, Francisco. **Crítica à razão dualista & O ornitorrinco.** São Paulo: Boitempo, 2003.

TROTSKY, Leon. **Escritos Latino-Americanos.** São Paulo: Iskra, 2009.

_____ **História da Revolução Russa.** São Paulo: Sudermann, 2007.

MENDONÇA, Sonia. R. de. O Patronato Rural Brasileiro na Atualidade: dois estudos de caso. **Anuario del Centro de Estudios Históricos Profesor Carlos S. A. Segreti**, v. 8, p. 139-159, 2010.